

# Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do *cyberspace*

Texto apresentado no GT de Teoria da Comunicação do INTERCOM 96

Eugênio Trivinho

Pesquisador pelo CNPq  
Diretor de pesquisas no NTC – Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura (ECA/USP)

## 1 Introdução

O RECENTE surgimento histórico do *cyberspace*, seu modo técnico de ser e sua acelerada expansão e consolidação social trazem significativas implicações para a Teoria da Comunicação. Mais do que o espírito de época da sociedade tecnológica de fim de século<sup>1</sup>, marcado por um excesso de comunicação jamais visto e pela crise dos saberes em geral – de que é epifenômeno a descrença em relação aos metarrelatos (religiosos, filosóficos ou políticos) e suas teleologias, bem como em relação à fábula do progresso tecnológico e suas promessas de emancipação da humanidade –, é o *cyberspace* que, na esteira das tecnologias informáticas, impõe a essa teoria um ultimato, convidando-a a fazer uma dura prova do real. Mais avançada rede eletrônica de telecomunicação, de que a Internet se tornou o exemplo privilegiado, ele redefine, rearticula e reescala, de maneira original, todos os elementos pertencentes à dimensão tecnológica, sociocultural e política da Comunicação, determinando, nesse âmbito, novos rumos para as iniciativas acadêmicas voltadas para a crítica metateórica e a constituição de um novo modelo reflexivo. Desde as teses de Adorno e Horkheimer sobre a Indústria Cultural no pós-guerra, nunca se viu transformação tão profunda nessa área do saber. Surpreendentemente, pouca atenção tem sido dispendida para apreender e elucidar a questão. Com efeito, se, na ausência do *cyberspace*, a condição cultural da fase fim-de-siècle da sociedade tecnológica já acenava para uma cuidadosa revisão de conceitos e esquemas teóricos até então largamente utili-

zados, sua existência converte essa tarefa em obrigação tanto premente quanto sujeita a toda radicalidade. O presente texto tenta, ainda que à moda suscinta, satisfazer esse desafio, aclarando parte dos fatos e processos e demonstrando alguns caminhos de argumentação.

## 2 *Cyberspace*, teoria, implosões

### 1) Natureza do cyberspace

O conceito de cyberspace diz respeito a uma estrutura infoeletrônica transnacional de comunicação de dupla via em tempo real, multimedia ou não, que permite a realização de trocas (personalizadas) com alteridades virtuais (humanas ou artificial-inteligentes); ou, numa só expressão conceitual, a uma estrutura virtual transnacional de comunicação interativa.

Além de pontuar a mudança de suporte dos processos socioculturais e políticos (agora marcado pela imaterialidade informática), a abolição do território geográfico e a interatividade prévia com a máquina, com o software e com a imagem virtual, essa definição pressupõe desde a instituição do computador como tecnologia de acesso a esse universo comunicacional e a radicalização da prática de experimentar a tela catódica como o real privilegiado pelo qual se frui a vida social no pós-guerra, até as reverberações sociais desse universo, como, por exemplo, o teleurbanismo infogeográfico, a transpolítica on-line nas cidades virtuais, o reescalonamento do zapping para o âmbito maior da cultura, o sedentarismo comunicacional nômade como habitus cultural e a otimização da teleexistência do eu e do corpo como espectros (hoje multimidiáticos).<sup>2</sup>

Tais traços estruturais do contexto global do cyberspace estão imanentemente vinculados ao fato de, nele, vigorar, a exemplo do universo dos media convencionais (imprensa, telefonia, rádio, TV), a circularidade absoluta e tautológica de informações, sons e imagens, e a descentralização de todo

e qualquer processo; bem como, à diferença daqueles media, o vácuo de massas, balanceado pela absoluta individualização das escolhas e intervenções, além de outros traços que serão mencionados no decorrer do presente texto.

O conjunto desses qualificativos pressupõe um macrodeslocamento social e cultural que vai do território ordinário para o "infoterritório", isto é, para a imaterialidade cyberspatial, o que não revela senão a existência, na sociedade, de uma estrutura mediática avançada em duplicidade paradoxal com as cidades concretas.<sup>3</sup>

### 2) Processos e conceitos da Teoria da Comunicação

Frente a essa estrutura de comunicação, todos os procedimentos práticos, as categorias e esquemas teóricos que pretenderam, no século XX, dar fundamentação científica à Comunicação experienciam, mais que nunca, o momento de sua própria inviabilidade. Em outras palavras, o cyberspace, embaralhando os dados do real, contribui para minar a logicidade e a cientificidade dessa teoria.

Veja-se o fato mais de perto. Com o risco de algum reducionismo e esquematismo analítico, há, atualmente, do ponto de vista da potencialidade de seu suporte, três processos básicos de comunicação: a) o interpessoal, de uma ou dupla via, efetivado em encontros in loco ou à distância (telefonia, por exemplo), que se desenrolam no tempo ordinário da vida cotidiana, com mediação pela linguagem verbal e/ou não-verbal; envolve a noção de interação; b) o de massa, que pressupõe transmissão e recepção à distância de produtos imagéticos e informativos, on tape ou em tempo real, predominantemente de uma via apenas, com mediação de formas culturais (telenovela, jornalismo, programas de auditório, etc.) e máquinas eletrônicas (rádio, TV); além, obviamente, da noção de massificação, envolve, quando incorpora a participação do receptor, a simulação da interatividade; e c) o cyberspatial, que,

revelando as características já mencionadas, encerra-se como a modalidade mais avançada de teletransporte individualizado, por mediação de máquinas informáticas capazes de redes interativas.<sup>4</sup>

Em nome da ciência e da legitimação do trabalho de pesquisa nas Universidades e instituições conexas, as categorias elementares da Teoria da Comunicação foram, grosso modo, fixadas a partir da observação empírica dos processos comunicacionais interpessoal e de massa.

Congelada a realidade pelo método de reflexão dedutiva, como numa fotografia matricial representativa, convencionou-se encerrar tais processos em torno, por um lado, do emissor e, por outro, do receptor, pontuando-se, na relação entre eles, uma série de mediadores sociais e culturais indispensáveis, como a codificação, o contexto, o canal, a mensagem, o signo, o sentido, o ruído, os formadores de opinião, o feedback, a decodificação e outros.<sup>5</sup>

Ainda que as coisas não sejam, na realidade, tão desmembráveis e isoladas assim – como sempre se tem sublinhado, aliás –, o que mais sobressai, teoricamente, nessa cartografia, é a demonstrabilidade empírica de que, mesmo sendo impossível qualquer precisão em relação ao real, todos os momentos do processo comunicacional podem ser representados por categorias bastante demarcadas, com características e funções definidas, que se reescalonam num plano maior de coerência lógica e, por isso, satisfazem aos critérios de cientificidade do discurso acadêmico.

Sabe-se que, da década de 50 à de 70, a história das Teorias da Comunicação foi, a rigor, a história de uma série de ênfases reflexivas em tal ou qual elemento particular desse esquema, que, como tal, embora às vezes sobremaneira modulado, não era senão referendado:<sup>6</sup> em certas épocas, superestimou-se ora o emissor, ora o canal, ora a mensagem e o signo, enquanto, em outras, propugnou-se ora a hegemonia do receptor, ora a do contexto de recepção, ou ainda a de outros fatores.<sup>7</sup>

### 3) Implosão de conceitos e da teoria

Diferentemente, no processo cyber-spatial de comunicação, todas essas categorias elementares perdem o seu caráter distinto, ora porque se imbricam, se sobrepõem ou se mesclam umas às outras, ora porque se ofuscam mutuamente, se auto-anulam e se desfiguram, com a agravante de que esse processo implosivo deixa de comprometer tão-somente a natureza dos elementos básicos para pôr ainda em risco o próprio edifício esquemático sob o qual se finca a teoria. Comparecem aqui todas as características de uma era da confusão, expressão correspondente à fase atual da sociedade tecnológica.<sup>8</sup>

A observação anterior sugere que, por essa incerteza comprometedor, não responde, por óbvio, somente a hibridação, num só componente do processo, das funções do emissor e do receptor. O argumento muito em voga segundo o qual, hoje, mais que outrora, por um lado, o emissor se confunde com o receptor e vice-versa, e, por outro, em vista disso, não há mais por que falar nem num, nem noutro, e ainda com o acréscimo de que toda a teoria já consta inteiramente comprometida, faz parte de uma tese precipitada e inconsistente. Embora, no plano da realidade, em especial na experiência do cyberspace, tenha-se de fato nublado a tarefa de identificar os pólos envolvidos no momento de evidenciação de uma de suas funções, o argumento mencionado não chegou a contribuir, a contento, para demonstrar a descaracterização do estatuto teórico desses elementos. E esse fato tem razões até muito simples. O processo interpessoal de comunicação sempre apresentou, de maneira plena, essa imbricação e nem por isso inviabilizou o próprio surgimento da Teoria da Comunicação; ao contrário, serviu-lhe de contexto inspirador, contribuindo para dar-lhe forma. De outro lado, a alternância da posse da fala no processo mencionado e a possibilidade (ainda que precária) de participação em produtos culturais dos media eletrônicos convencionais sempre desautorizaram a tese de que emissor e

receptor sejam pólos estanques; ao contrário, comutam-se mesmo, pela reciclagem de funções.

Na realidade, a implosão começa a se evidenciar quando, reescalando o foco da observação reflexiva para o nível da totalidade do cyberspace, constata-se uma frenética e irrefreável multiplicação das fontes e canais e uma excessiva produção de signos-mensagem e produtos em circulação na info-rede. A rigor, trata-se da mesma tendência verificada no universo da cultura de massa.<sup>9</sup> Tal proliferação contribui, de fato, para asfixiar os fluxos da comunicação e comprometer seus pressupostos originais, convertendo-os, curiosamente, em balizas de um macrossistema no qual impera a incerta flutuação dos significados circulantes, a desconfiança generalizada e, por conseguinte, a incomunicação.<sup>10</sup> Com efeito, embora este argumento tenha, para a Teoria da Comunicação, uma implicação realmente maior do que a anotação anterior sobre a hibridação emissor-receptor, ele também é insuficiente para responder pelo comprometimento cabal, operado pelo princípio de realidade cyberspatial, das categorias conceituais e do esquema teórico comunicacionais. O argumento se esgota numa observação panorâmica do processo social da comunicação, enquanto a teoria, ao contrário, se embasa na descrição do que ocorre num recorte específico, congelado, desse processo.

Assim, na esteira do macrofato acima mencionado, acumulando-o, será necessário descer aos interstícios do real e perscrutar o que ocorre com os referentes práticos da epistemologia comunicacional, a fim de identificar as profundas mudanças ao nível de cada um (se é que, mais que nunca hoje, procede fazer um tal isolamento vocabular) e, em contigüidade, apontar as implicações para a estrutura da própria teoria.

Como exórdio, convém sublinhar o fato de que, com o advento do cyberspace, as clássicas indústria cultural e indústria da consciência cedem lugar a uma emergente tecnoburocracia da interatividade. Os conhecidos "meios de comunicação de massa" perdem o último qualificativo: tornam-se tão-

somente meios de comunicação, entendidos especificamente como veículos de teletransporte infoviário<sup>11</sup> e de interatividade espectral.

Nesse contexto comunicacional, a figura do emissor e, em especial, do receptor, mais que meramente indistintos no processo real, obliteram-se para ressurgir na inusitada forma de usuários teleinteragentes atomizados, atirados a uma situação solitária crônica – livre, porém, de qualquer sentimento (negativo) de solidão –, em interface interativa com o écran-veículo e com todos os "pontos" da info-rede.<sup>12</sup>

O conceito de indivíduo teleinteragente cyberspatial pressupõe um traço participativo-interventor cuja plenitude jamais foi verificada, por exemplo, num receptor da comunicação de massa. Nesse sentido, dizer "receptor" parece realmente pouco. Este conceito equivale a um ente que, desempenhando função de recepção e decodificação, relaciona-se com o objeto de uma maneira que exclui qualquer experiência compatível com a interatividade proporcionada pela tecnologia informática. À diferença do simples ato de ligar a TV ou rádio e sintonizar a emissora para receber seus conteúdos, o usuário do cyberspace, após acessar o endereço eletrônico desejado, precisa absorver-se num processo contínuo de intervenção na virtualidade da info-rede<sup>13</sup> e na hipertextualidade dos cyberspatial products para reativar em e extrair de ambas aquilo que elas podem oferecer. Ele está, portanto, sujeito a uma espécie de lei da busca compulsória. Os conteúdos dos infoprodutos (equivalente à mensagem, na epistemologia comunicacional) não vêm até ele; é ele que, sedentário-nômade, através do veículo, a todo momento, vai. Nem mesmo com a prática do zapping, o contexto de recepção dos media eletrônicos convencionais permite uma experiência dessa natureza. Além disso, tal estatuto do indivíduo teleinteragente cyberspatial o obriga – lembre-se – a ter que construir e refazer o seu objeto de desejo de maneira pontual e absolutamente individualizada. O cyberspace, recortado de ponta a ponta por um processo de

personalização.<sup>14</sup> Esse caráter self-service sine qua non possibilita ao usuário uma vivência produtiva com os “cyberpontos” liberta da esfera do tempo público, geralmente rígido, dos media tradicionais, na medida em que ela pode se processar inteiramente no horizonte do tempo privado, flexível, ao arbítrio da vontade e estilo individuais.

Diante disso, chamar o indivíduo teleinteragente cyberspatial de “receptor interativo” parece, por sua vez, um contrasenso forçado – e isso pelo que também se expõe na seqüência.

Mais que “negociar” com a especificidade hipertextual do “ponto” acessado, ao usuário do cyberspace é facultada, em muitos casos, a experiência de adentramento e imersão no infoproduto. Trata-se, pois, não só de interatividade, mas também de intra-atividade, não só de interferência, mas também de “intraferência” — o que não soma ao usuário senão a característica de indivíduo teleintra-atuante. Tal ocorre quando o infouniverso do “ponto” acessado está disponível em três dimensões. Em outras palavras, aquilo que, na Teoria da Comunicação, é chamado genericamente de mensagem é, no cyberspace, susceptível de acolher em seu interior os próprios usuários, por meio de seus espectros imagético-virtuais.<sup>15</sup> Tal mistura virtual-heterogênea entre sujeito e objeto jamais foi ou será possível no processo de comunicação interpessoal e de massa.

Nessa condição tecnológica *sui generis*, não é o infoproduto ou o conteúdo de qualquer “ponto” da rede que é, a rigor, o produto cultural propriamente dito. Aquele é apenas um suporte, na realidade um pretexto, para a instauração de algo maior, este sim o verdadeiro produto, a saber: a experiência concreta que se elabora no processo de interatividade personalizada com o infoendereço acessado.

A transformação do metabolismo interno do que, na epistemologia da Teoria da Comunicação, supostamente equivaleria ao emissor, à mensagem e ao receptor acresce-se ainda de outros dados. Para expressá-los em passant no quadro dessa própria

epistemologia – a fim de deixar mais patente a confusão das categorias envolvidas –, sublinhe-se que, além de veículo de televiagem comunicacional-interativa, o computador, à diferença da leitura que considera o hardware apenas como um canal, passa a ser, ironicamente, em sua inteligência artificial, tanto emissor quanto receptor, respondendo assim também pelo feedback. Frankenstein<sup>16</sup>, assume, pois, as funções que, no processo comunicacional interpessoal e de massa, são conferidas exclusivamente a seres humanos.<sup>17</sup> Nesse aspecto, ele se assemelha ao próprio infoproduto: como uma mensagem disponível no “oceano” cyberspatial, totalmente autoprogramada, quase como se tivesse vida própria em sua interatividade com o usuário, ele também recebe e acolhe, da mesma forma que assume função transmissora. Isso não demonstra senão que a mensagem, na forma de software, também faz as vezes de canal. Em meio a esse leque de intrigantes permutas, comparece, por sua vez, o indivíduo teleinteragente cyberspatial com um traço extra que deve ser somado ao rol de suas características: numa perspectiva genérica de fundo, o usuário da rede se anula na categoria de um suporte estrutural de um sistema infocomunicacional hipertélico<sup>18</sup>, isto é, desprovido de rumo ou finalidade, que funciona simplesmente porque não pode mais deixar de funcionar.

Um balanço teórico sensato da suscinta explanação anterior constata, de forma clara, que, no contexto do cyberspace, todos os elementos convencionais do esquema comunicacional, assimilando inéditas características, experimentam um processo imanente de inflação e de comutabilidade de funções antes jamais observado. Na situação on-line, o princípio de realidade interna de cada um adquire, por assim dizer, um mais-volume funcional inesperado, uma elasticidade pragmática radical que obriga seus representantes conceituais à prova de um excesso de si mesmos, ou melhor, a uma expansão e redimensionamento semântico-epistemológicos compulsórios tais que, em

reverso, minam o significado dos próprios conceitos até um ponto irreversível em que, na impossibilidade de o processo comunicacional ser mais abarcado, eles se deparam, fatalmente, com o seu próprio colapso. É bem um desmoronamento em cadeia por inchaço inadministrável.

Evidentemente, isso tem direta repercussão na Teoria da Comunicação como um todo. A obesidade fracassada de seus conceitos corresponde à sua implosão estrutural. Isso não indica senão que, diante do cyberspace, a teoria também não escapa aos pesares da saturação extrema que tudo permeia, ameaça e torna hipertélico. Pressionada a se inflar até um momento de autoconsciência quanto à sua incapacidade de cobrir os traços híbridos da comunicação eletrônica mais avançada, ela percorre um caminho que *pari passu* vai rompendo seus pressupostos e regras metodológicas até alcançar sua desfiguração e dissipação mais acabadas. Em outras palavras, apenas para ressaltar, o cyberspace está, decididamente, além das potencialidades convencionais dessa teoria, na medida em que ele transborda aspectos dificilmente assimiláveis por ela.<sup>19</sup>

### 3 Conclusão

Dispensável dizer que este ensaio não esgota tudo o que o caminho discursivo aqui trilhado deixa vislumbrar. É bem provável, ademais, que ângulos e facetas mais importantes do tema tenham sido preteridos neste momento.

Importa salientar, com efeito, que, com o texto, pretendeu-se abrir um rasgo no tecido do real para, na especificidade do recorte entrevisto, acenar para uma longa esteira de reflexões inovadoras na área teórica da Comunicação, no percurso da qual os horizontes aqui mapeados poderão e deverão ser enriquecidos, de preferência com o concurso indispensável de outros pesquisadores.

Convém ressaltar também que, já pela organicidade de momento do conjunto de dados reunidos no texto, a conclusão não poderia ser outra senão a de que ele oferece

razões indiscutivelmente consistentes para justificar e motivar esforços redobrados que culminem na elaboração de uma nova reflexão conceitual<sup>20</sup> sobre o processo da comunicação, compatível (a reflexão) com a fase atual da sociedade tecnológica.

E para tocar no que é essencial ao trabalho acadêmico, antecipe-se que, nessa trajetória, mais que uma atualização metodológica e epistemológica das análises, será absolutamente imperioso rearticular o papel fundamental da crítica, a fim de que tenhamos, à nossa maneira, em resposta específica à nossa época, uma função intelectual tão importante quanto a que tiveram, ao seu tempo e ao seu modo, os pensadores da Escola de Frankfurt, em relação à consolidação da então Indústria Cultural.

Tal é o que constitui, neste fim de século, o maior desafio na área. E é justamente ele que dever nos absorver nos próximos anos.

### Notas e referências bibliográficas

1 Sobre a atualização do conceito de sociedade tecnológica, ver Trivinho, E., "Sociedade, razão e cultura tecnológicas: uma síntese", São Paulo, cópia reprográfica, 1996, 15 págs. (apresentado no V Encontro Nacional da COMPÓS, realizado na ECA/USP, no referido ano).

2 Espectro: imagem, som, linguagem escrita, etc. Sobre a noção de espectralização da telecomunicação, ver Guillaume, M., "Téléspectres", in *Traverses*, n. 26, outubro/1982, pp. 18-28; "La signification sociale des nouvelles télétechnologies", in *Comunicação & Política*, São Paulo, Editora Oito de Março, volume 9 (n. 2, 3 e 4), jun-dez/1989, pp. 79-86; e *La contagion des passions: essai sur l'exotisme intérieur*, Paris, Plon, 1989.

3 Sobre os temas elencados nos três últimos parágrafos, ver Trivinho, E., *Redes: obliterações no fim de século*, São Paulo, cópia reprográfica, 1996, 141 págs.

4 Um quarto processo, o semiótico, por dizer respeito a dados do real (ícones, símbolos, palavras, imagens, etc.) que comparecem em todos os contextos e momentos da vida social e cultural, entrelaça-se com todos os demais processos. Ele foi excetuado do mapeamento proposto porque, neste, tratava-se

tão-somente de, conforme apontado, elencar os tipos de processo comunicacional exclusivamente pelo critério da potencialidade de seu suporte – e isso à maneira genérico-abstrata –, e não os diversos tipos de comunicação existentes. (A propósito, são as máquinas citadas no final do parágrafo que definem a fase atual da sociedade tecnológica comunicacional do pós-guerra. Ver Trivinho, E., “Sociedade, razão e cultura tecnológicas: uma síntese”, op. cit.)

5 Contra todos os argumentos desaprovadores e as hipóteses em contrário, é esse esquema teórico que ainda está na base da maioria dos estudos acadêmicos na área da Comunicação, no âmbito nacional e internacional – o que, em especial, é válido para os casos em que ele nem mesmo é explicitado.

6 Continua sendo digno de registro o fato de que a única escola de pensamento que, de antemão, excetuou-se desse percurso foi a dos pensadores de Frankfurt. Lendo tal esquema teórico pela lente da cultura européia moderna, Adorno e Horkheimer o assentaram nas estruturas capitalistas do século XX, introduziram-lhe a constante da dominação das massas e, reescalando todos os dados, o implodiram, demonstrando o logro teórico por trás do qual se escondiam os interesses dos poderosos. Ver o clássico “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas”, in Lima, L. C. (org.), Teoria da cultura de massa, 3a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 155-204. De Adorno, ver também “A indústria cultural”, in Cohn, G. (org.), Comunicação e indústria cultural, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, pp. 287-295.

7 Para um excelente, crítico e atualizado (ainda que incompleto) inventário sobre as principais Teorias da Comunicação, ver Sfez, L., Crítica da comunicação, São Paulo, Loyola, 1992; ver também Marcondes Filho, C., A sociedade frankenstein, São Paulo, cópia reprográfica, 1991.

8 Sobre o reescalamento da noção de confusão ao nível da produção social, cultural e tecnológica, ver Sfez, L., op. cit.

9 O assunto é abordado em profusão na obra de Baudrillard; ver, por exemplo, L'échange symbolique et la mort, Paris, Gallimard, 1976; Simulacres et simulations, Paris, Galilée, 1981; “What are you doing after the orgy?”, in Traverses, no 29, outubro/1983, pp. 2-15; Les stratégies fatales, Paris, B. Grasset, 1983; L'autre par lui même, Paris, Galilée, 1987; e “Asphyxie de la communication”, in: Comunicação&Política, São Paulo, Editora Oito de Março, volume 9 (2, 3 e 4), jun-dez/1989, pp. 109-114. Ver também Sfez, L., op. cit., e o pequeno artigo de U. Eco, “A multiplicação dos mídias”, escrito em 1983 e publicado

em Viagem na irrealidade cotidiana, Rio, Nova Fronteira, 1984, pp. 176-181.

10 O primeiro a levantar essa hipótese foi Baudrillard, em “Asphyxie de la communication”, op. cit., e ela de nenhuma forma parece despropositada. O tema também é sugerido em diversas passagens de Les stratégies fatales e L'autre par lui même, op. cit. Não foi por acaso que Eco, no artigo mencionado (p. 179), propôs uma revisão de todas as teorias elaboradas nas décadas de 60 e 70.

11 O conceito é inspirado nas reflexões de P. Virilio sobre o veículo, a velocidade e a inércia. Ver Inércia polar, Lisboa, Dom Quixote, 1993.

12 Cf. Trivinho, E., “À luz dos espectros expressivos: a obliteração das massas na aurora do cyberspace”, op. cit., p. 22, e “Macroera do mini: miniaturização de tecnologias comunicacionais e indivíduo eletrônico-informático”, in revista Comunicação&Política, Rio de Janeiro, CEBELA, Vol. 3, no 2 (nova série), p. 195. Cotejar com a argumentação do autor publicada na revista Atrator Estranho, São Paulo, ECA/USP, nº 9 (Sociabilidade e solidão), Ano III, mar/95, pp. 8-10.

13 Esse caráter virtual da rede faz com que, obrigatoriamente, a Teoria da Comunicação, norteadas pelo interesse em apreender a especificidade do cyberspace, tenha que se nutrir dos mais recentes estudos sobre a imagem virtual. Registre-se, aqui, por oportuno, que a noção de virtualidade na experiência do cyberspace, além de envolver essa imagem, abrange o outro com o qual se interage e, principalmente, o próprio “intervalo” cibernético de comunicação, neste caso dizendo respeito, por exemplo, às “salas de aula e laboratórios científicos virtuais” e aos “cyberescritórios móveis”, sem paredes, sem fronteiras, que acenam para a abolição do suporte-papel.

14 Cf. Lipovetsky, G., ‘A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo’, Lisboa, Relógio d'água, s/d, p. 7-16.

15 Sobre a imersão do sujeito na imagem virtual, ver Quéau, P., “O tempo do virtual”, in Parente, A. (org.), Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual, Rio de Janeiro, Editora 34, 1993, pp. 91-99.

16 Para evocar a feliz metáfora empregada por Sfez, op. cit., num contexto de discussão sobre o ex-projeto da ciência cognitiva norte-americana de construir um organismo artificial auto-regulado, com competência lingüística e outras características

humanas.

17 Em sua curta história, a Teoria da Comunicação pressupôs, desde a sua origem, que o principal elemento por trás de todo e qualquer processo comunicacional sempre foi o homem, organismo auto-organizado insubstituível, dotado de capacidade sensória e simbólica tanto para codificar e emitir, quanto para decodificar e reenviar. Nessa perspectiva, o processo era, exclusivamente, desencadeado por e culminava em indivíduos, ocorrendo, aliás, para atender justamente os desejos, necessidades e interesses dos mesmos. A máquina figurava apenas como meio, como canal. (Neste ponto, tal perspectiva sempre se diferiu das Teorias da Informação e Cibernética, para as quais idêntico processo se valida também para a relação entre máquinas e outros organismos não-humanos.)

Com efeito, o computador, por sua natureza, entra no processo comunicacional transformando e redimensionando todos os dados existentes. O esquema teórico e os fundamentos da Comunicação devem, pois, por rigor de ofício, reescrever sua própria correspondência ao real quando, em diversas situações, a alteridade receptora e/ou emissora é um organismo artificial-inteligente capaz de, autonomamente, simular comportamentos humanos.

Por certo, pode-se argumentar que o esquema teórico da Comunicação e seus fundamentos não foram de nenhuma maneira abalados, na medida em que é possível aplicar à situação atual princípios de uma Teoria da Comunicação mais flexível, estabelecida em novas bases. Não obstante, as premissas e interesses que estão na origem de um modelo teórico demarcam as possibilidades de sua trajetória futura e, de alguma maneira, sempre delimitam os seus campos de aplicabilidade. O modelo teórico torna-se passível de ruptura e significativo comprometimento quando esse conhecido postulado é desconsiderado. E, quanto a isso, toda a argumentação do presente texto talvez possa, por si só, dizer algo mais.

18 Sobre o conceito de hipertelia, ver Baudrillard, J., *Les stratégies fatales*, Paris, B. Grasset, 1983, pp. 12-13 e 36.

19 Pode-se argumentar que, sem descuidar os aspectos levantados, o fato de o emissor e o receptor, por exemplo, terem-se inflado altera o seu *modus operandi*, mas nem por isso retira deles o substrato que os faz serem o que são. De fato, a instituição jurídica que cunha uma home-page no cyberspace e o indivíduo que lança na info-rede uma mensagem para quem estiver online ou que efetiva uma transferência de arquivo podem ser – a partir de um “fotografia” prévia do fluxo comunicacional no cyberspace – (sub-)interpretados como emissores, na mesma perspectiva em que, como receptores, podem ser tomadas as

instituições ou indivíduos que acessam o serviço informático oferecido, lêem a mensagem ou captam o arquivo.

Tal perspectiva é, no entanto, muito parcamente pertinente pelo fato de que, na atualidade, esses termos, já sem viço, tornaram-se — convém insistir — insuficientes para dar conta da equação dos novos processos comunicacionais. A verdade desse argumento transparece ao se mudar a polaridade da explicação – procedimento cujo resultado, aliás, evoca e reforça a idéia de inflação. Para se apreender e fixar esses termos num esquema teórico, não basta agora congelar tão-somente o processo cyberspatial da comunicação; é necessário fazê-lo também em relação aos próprios elementos básicos desse processo. A exemplo da maioria dos infoprodutos atuais, eles se tornaram hipertextuais, apresentando, pois, em seu modo de ser, diversos recursos práticos contíguos ou sobrepostos que não vêm à luz em bloco, mas apenas em parte, de acordo com o contexto. Assim, dada a multipossibilidade de combinações entre as várias características dos elementos, a prática metodológica de congelamento “fotográfico” do movimento do real pode chegar ao desatino científico de assentar um sem-número de modelos de processo, todos refratados da matriz básica da comunicação cyberspatial. E, em muitas das versões obtidas, o que antes se supunha ser o emissor ou o receptor comparece, no conjunto, como traço secundário, um epifenômeno de aspectos mais importantes, ou mesmo nem aparece.

20 Diz-se “reflexão”, e não teoria, por pelo menos dois bons motivos, que é mais que oportuno registrar ao final do ensaio.

Em primeiro lugar, o próprio estatuto da teoria está em xeque na atualidade. Como produto secular da história do pensamento em Humanidades, a teoria sempre apresentou quatro grandes traços: 1) a fantasia de um alcance da totalidade dos dados do real, aliada a uma capacidade de articulação dos mesmos num quadro cognitivo lógico, coerente e de validade universal, bem como a uma potência de elucidação satisfatória desse quadro; 2) vinculação, pressuposta ou explícita, com os metarrelatos religiosos, filosóficos e/ou políticos (cristianismo, liberalismo, iluminismo, historicismo, marxismo, etc.) e, portanto, incorporação de um ideal teleológico (a qual, no final das contas, se traduz como uma); 3) adesão à utopia da emancipação total da humanidade; e 4) relativa perdurabilidade, garantida pela longevidade temporal dos dados empíricos abarcados e por sua própria capacidade de ter-se preservado numa posição insuperável por outras teorias. Questiona-se, mais que nunca hoje – época em que as reflexões sobre a pós-modernidade colocaram a nu as ilusões do projeto moderno, de que a teoria revelou-se tributária e fiel servidora –, se o discurso acadêmico deve realmente continuar buscando a totalidade e a

---

universalidade como valores culturais do pensamento; se, de fato, ele tem, antes de tudo, uma tal capacidade de abrangência dos dados do real e, por fim, se ele deve incorporar uma utopia que o tempo, a par do malogro do progresso tecnológico, encarregou-se de mostrar sua impossibilidade de realização. E a resposta mais avançada e, não por acaso, mais instigante a essas questões é, peremptoriamente, não.

Em segundo lugar, a inviabilidade da teoria parece tanto mais evidente em função de o intervalo de tempo de efetivação das mudanças dos dados do real – numa palavra, o período de sua preservação – ter diminuído drasticamente no último quartel do século. No que toca ao universo da Comunicação, por exemplo, desde os idos de 20 até o fim dos anos 70, as mudanças se processavam, digamos, ao longo de toda uma década, e essa medida temporal já era, em termos históricos, tremendamente veloz em comparação com a lógica dos acontecimentos de séculos passados. Dos anos 80 para cá, os processos só se intensificaram: as mudanças ocorrem a cada par de anos. E disso é mais ainda pertinente o testemunho, por si só, dos eventos que subjazem ao universo do cyberspace. Em função da acelerada expansão da tecnoburocracia da interatividade e da concorrência entre seus ramos constitutivos, para dizer o mínimo, todas as certezas quanto às tendências concretas na área estão suspensas, à mercê do imprevisível, de modo que amanhã mesmo as coisas podem não ser mais como o foram até agora. (No cyberspace, vigora tanto mais o que Eco, já em *Apocalípticos e integrados* – São Paulo, Perspectiva, 1970 –, sugeriu em relação aos media convencionais e à cultura de massa, vale dizer, que a diversidade de produtos e códigos culturais era tão arredia a esquematizações e sua taxa de mudança era tão rápida e imprevisível que resultava impossível elaborar uma teoria unitária na área – p. 29.) Essa lógica de vida da fase atual da sociedade tecnológica concorre para expurgar, de vez, do campo do pensamento teórico, as categorias da totalidade, da validação geral consensual e/ou da durabilidade, descredenciando, a reboque, qualquer vontade de poder na forma específica de ânsia intelectual em nome de algum desses objetivos.